

Proposta para uma Análise do Discurso no Terceiro Setor¹

Cleonice Furtado de Mendonça van Raij
Centro de Linguagem e Comunicação
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

Este trabalho busca, com base na análise do discurso, ampliar o conhecimento científico sobre o terceiro setor (“qualquer organização que pretende representar o povo e trabalhar seu interesse à parte das estruturas de Estado”), ao retratar a estrutura destas instituições: *Centro de Educação Especial Síndrome de Down – CEESD*; *Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia* e *Associação de Assistência Social São João Vianney*. A análise do discurso desempenha, pois, papel fundamental na realização deste trabalho, que tem a preocupação de entender como os entrevistados (denominados informantes) articulam sua realidade com a linguagem, uma vez que o discurso deve ser entendido como a construção de sentidos num dado momento da história e num contexto social determinado, o que propicia a análise da realidade estudada. Nesse sentido, a análise do corpus de nosso trabalho contemplará o lugar de onde os entrevistados falarão, pois é aí que se estabelece a “relação de forças” no discurso. Então, vários setores das instituições entrarão em jogo (direção, comunicação, voluntários, família, beneficiados), por considerarmos que a realidade com a qual o informante está em relação faz parte do seu discurso, legitimando-o.

Palavras-chave: análise do discurso; comunicação; terceiro setor.

Introdução

O terceiro setor, foco de nosso trabalho, deita suas raízes, no Brasil, com mais intensidade a partir da década de 1990. Ao distanciar-se do primeiro setor (setor público) e do segundo setor (atividades lucrativas), vem ocupando um espaço de participação e experimentação de novos modos de planejar e concretizar iniciativas em benefício da realidade social. Mais: o terceiro setor, na concepção de Voltolini (2005, p. 7),

“é o mais criativo laboratório de interação comunitária, uma usina movida à energia humana e solidariedade, um campo profuso de desenvolvimento de solução que se constrói com base na soma de capacidades e pequenas ações - normalmente anônimas - de centenas de milhares de cidadãos organizados”.

Saliente-se que sua expansão (identificada por pesquisa do IBGE) é conseqüência de “amarras sociais”, isto é, de circunstâncias políticas, econômicas e sociais, devidas à limitação do Estado em atender a todas as demandas sociais, o que se deve, de um lado, à quase estagnação econômica por que passa o país e, de outro, ao reconhecimento de sujeitos sociais, ou seja, de cidadãos cúmplices com seu entorno,

¹ GT Abrapcorp 4 – Linguagem retórica e análise dos discursos institucionais ou GT Abrapcorp 5 – Relações públicas comunitárias, comunicação no terceiro setor e responsabilidade social.

atitude evidenciada em programas de ação solidária, que buscam estabelecer mudanças e procedimentos que levem os desfavorecidos a se adaptarem à nova estrutura social e à garantia de sua sobrevivência.

Nesse contexto,

“as forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se organizações não –governamentais (ONGs), definidas como qualquer organização que pretenda representar o povo e trabalhar seu interesse à parte das estruturas de Estado” (NEGRI & HARCH, 2005, p. A3).

Surgem, então, notáveis conquistas nas áreas da educação, da saúde, da preservação do ambiente e dos direitos com o envolvimento do terceiro setor em todos os níveis sociais, ou seja, das garantias aos deficientes físicos, mulheres, negros, idosos até à redução do trabalho infantil, o aumento da matrícula escolar e a universalização da vacinação.

As ONGs parecem, pois, ser governo sem estar no governo. Parecem estar na iniciativa privada sem ser necessariamente uma empresa. Suas ações são pontuadas quando, por exemplo, caem os índices de natalidade infantil, instaura-se um monumento, recupera-se uma escola ou preserva-se uma área verde, razão por que muito do idealismo da política tradicional, desacreditada e desgastada, foi deslocado para as ONGs.

Para DIMENSTEIN (2006, p. C10),

“a relevância do terceiro setor reside, boa parte, em sua capacidade de trabalhar com o poder público, transferindo-lhe seu conhecimento. Só assim as experiências, localizadas, ganham vôo. Uma das mais importantes tarefas das ONGs – talvez a mais – é ser um laboratório de tecnologia social, cujas descobertas se tornem políticas públicas. É assim, por exemplo, que a experimentação de Zilda Arns, em pequenas comunidades, espalhou-se por todo o país e ajudou a reduzir a mortalidade infantil. Ou que Viviane Senna pôde aplicar, nacionalmente, métodos para promover alunos repetentes, com baixo custo (...). Projetos-piloto ajudaram a ensinar os governos a reduzir a gravidez precoce e o consumo de drogas, tirar jovens e crianças do crime, diminuir a incidência de mortalidade infantil, melhorar o ensino”.

O terceiro setor é responsável, segundo Coleman (1990), pelo “capital social”, isto é, pelas normas de confiança e reciprocidade em função das quais a sociedade funciona eficientemente. Trata-se, pois, de fator decisivo não só para o progresso econômico, como também para a democracia, representando, por isso, expressivo investimento que um país pode fazer para tornar-se melhor, mais justo e mais forte.

Entre os inúmeros desafios enfrentados pelo terceiro setor, para se fortalecer como instituição que se preocupa com a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (crescimento econômico **mais** justiça social), destacam-se o descrédito

do governo para com a sociedade civil, por considerá-la como *espaço de disputa de hegemonia*; a possibilidade de o terceiro setor realmente assumir o “*papel estratégico de agente privilegiado de produção de capital social diante de um Estado que, historicamente, se caracterizou como exterminador desse tipo de recurso*” (cf. Franco, 2005, p. 20). Na mesma linha, Gimenez (2005, p. 50) aponta a dissonância entre discurso e prática, e Salamon (1977, p. 102-109) destaca os desafios da legitimidade, da eficiência, da sustentabilidade e da colaboração.

Com base nessas considerações, partimos da premissa de que, apesar de o terceiro setor ter avançado de forma significativa, com grandes contribuições para o governo, sua posição na construção da ordem social é bastante *ambígua*, uma vez que sua existência supõe, necessariamente, o Estado e o Mercado, sem os quais sucumbiria: de um lado, é o sistema legal, instituído e mantido pelo *Estado*, que regulamenta e estabelece os limites das ações voluntárias consideradas legítimas; de outro, é a autonomia do *mercado* que dá retaguarda à autonomia das organizações sem fins lucrativos, cuja dinâmica é altamente complementar à dinâmica do mercado, no sentido de que “*marca suas insuficiências, pressiona suas limitações, denuncia seus abusos, assimila suas inovações, direcionando-as para áreas excluídas ou ignoradas pelo mercado*” (cf. Fernandes, 1997, p. 32).

Para entender essa ambigüidade, configurada em especial no descompasso entre discurso e prática, este trabalho dá ênfase a duas instâncias que se fundem e que se determinam mutuamente: a *discursiva* e a *organizacional*, ou seja, buscaremos na fusão desses dois campos, com base no discurso, não só retratar a estrutura das instituições a serem estudadas, como também respostas para questões que nos movem, como, entre outras: • qual é a fonte de sustentação (financeira e humana) para a instituição legitimar-se? • como o terceiro setor torna viável o exercício dos direitos humanos, vistos pela ótica da diminuição das diferenças sociais? • Como se dá a inclusão social na Instituição? • Qual o resultado das ações realizadas?

Fica claro, pois, que o discurso focalizado estrutura-se num contexto determinado (instituições do terceiro setor) e que pressupomos uma relação entre linguagem e sociedade, como sustenta Orlandi (1987, p. 98): *a estrutura da sociedade está “refletida” na estrutura lingüística*. Mais: trata-se de um trabalho interdisciplinar, envolvendo, em especial, duas áreas: Lingüística (Análise do Discurso) e Relações Públicas, servindo, pois, às reflexões acerca dos projetos pedagógicos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, instituição em que trabalhamos.

Instância organizacional

Este trabalho contempla três instituições do terceiro setor do município de Campinas, SP.

Para melhor conhecer a realidade de cada uma, elaboramos um “histórico” com o levantamento do maior número possível de dados institucionais. Informações mais completas e profundas serão solicitadas por ocasião das entrevistas (principal fonte de informação utilizada no contexto específico desta pesquisa), por meio das quais buscaremos retratar as instituições, em suas linhas gerais.

- *Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia*

Seu início ocorreu em 1975 com o Programam Plimec (Plano de Integração do Menor na Comunidade), uma iniciativa da parceria entre a Comunidade, os Governos Estadual e Municipal e a FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas), com o objetivo de, após um ano, a comunidade assumir os Programas.

Vencido esse prazo, o programa foi abandonado pelo governo, ficando apenas a FEAC e a comunidade por mais 10 anos.

Com a direção da FEAC, houve uma participação efetiva dos moradores, o que viabilizou a continuidade do desenvolvimento dos trabalhos comunitários. Assim, em 20 de outubro de 1985, fundou-se o Centro Comunitário.

Há 22 anos, o gerenciamento e a responsabilidade da Entidade foram transferidos para a própria comunidade, sendo a Entidade, atualmente, denominada *Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia*, legalmente constituída e regida por seus estatutos sociais e gerenciada por uma diretoria voluntária, composta por membros da própria comunidade, eleitos pelos sócios.

Caracterizado pela diversidade de projetos (com crianças, adolescentes, famílias, terceira idade, gestantes e mulheres), a *missão* do Centro é garantir a promoção humana, com atenção especial à criança e ao adolescente, assegurando o desenvolvimento de atividades que contribuam para o exercício da cidadania e melhoria na qualidade de vida.

- *Centro de Educação Especial Síndrome de Down*

Fundado em 1981, este *Centro* é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que atende a pessoas com Síndrome de Down desde o nascimento até a idade

adulta e suas famílias. Filiada à FEAC, a instituição recebe recursos municipais, estaduais e federais. Grande parte dos recursos provém de doações da sociedade, obtidas por meio de tele-doações, eventos beneficentes e sócios contribuintes.

Para colocar em prática estes programas:

- Estimulação precoce (de 0 a 3 anos)
- Inclusão escolar (a partir de 3 anos)
- Oficinas de habilidades específicas (a partir de 14 anos),

o *CEESD* conta com uma equipe interdisciplinar composta por pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, monitores, arte-educadores, professores de dança, educação física, música, teatro e profissionais de serviços gerais.

Sua *missão* é criar condições de desenvolvimento global para que as crianças com Síndrome de Down e sua famílias assumam uma participação efetiva na sociedade.

• *Associação de Assistência Social São João Vianney*

Fundada em 1957, esta Associação é uma organização não-governamental que, por meio de atividades sócio-educativas, combate a exclusão social e busca o fortalecimento da comunidade.

Em função da consistência que demonstra na implementação de seus programas e projetos sociais, contribuindo para a formação de cidadãos éticos, comprometidos com valores familiares, e promovendo a construção da cidadania, com foco na sustentabilidade de suas ações, a *Associação São João Vianney* conquistou grande credibilidade junto à opinião pública.

Estes Programas:

- Criança feliz: atividades recreativas e sócio-educativas para crianças de 7 a 10 anos.
- Iniciação profissional para adolescentes: mecânica de automóveis, informática, práticas de escritório, entre outros.
- Projetos de orientação e apoio à mulher através de cursos e atividade de geração de renda.
- Orientação alimentar, combate à desnutrição e distribuição de cesta básicas.
- Apoio à família e plantão social.

dão sustentabilidade à realização de sua missão: atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, residentes em 54 bairros pertencentes à região sul de Campinas (cerca de

60 mil habitantes), onde os equipamentos sociais não são suficientes para satisfazer as demandas e necessidades existentes.

Instância discursiva

Com *Analyse Automatique du Discours*, Michel Pêcheux, em 1969, concretiza a sistematização da Análise do Discurso (AD), ao contemplar a *exterioridade*: “relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer”, ou seja: situação, contexto histórico-social, ideológico, interlocutores.

Para Pêcheux, a AD trata do discurso tomado como prática: o homem falando como membro de uma sociedade, e não como instrumento de comunicação. Importante é verificar que, desde os primeiros estudos, o autor concebe um sujeito social.

Partindo dessas considerações, a Análise do Discurso (AD) desempenha papel fundamental na realização deste trabalho, que tem a preocupação de entender como nossos entrevistados (denominados informantes) articulam sua realidade com a linguagem, uma vez que o discurso deve ser entendido como a construção de sentidos num dado momento da história e num contexto social determinado, o que propicia a análise da realidade estudada.

Baccega (1998, p. 90) reforça essa idéia, ao afirmar que “a linguagem é, pois, da natureza da práxis. E a práxis é da natureza da linguagem”.

É nesse raciocínio que se insere a palavra de ORLANDI (2004, p. 12): “É pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação”. Mais: “A AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2002, p. 15).

Assim, para realizarmos a análise do *corpus* de nosso trabalho, procuraremos entender o lugar, enquanto espaço de representações sociais, de onde os entrevistados falarão, pois é aí que se estabelece a “relação de forças” no discurso.

Segundo essa noção, para Orlandi (2002, p. 39), “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

Buscaremos, então, encontrar na materialidade lingüística dos entrevistados, marcas que respondam às questões que nos movem, como: Qual a projeção da instituição na comunidade? Como se dá a inclusão social na sua instituição? Como acontece a comunicação na instituição? Qual o resultado das ações realizadas? Quais os valores (missão/visão/objetivos) que movem as atividades do Centro? etc.

É possível afirmar, portanto, que a *palavra* será o fio condutor para retratar as instituições em estudo. A palavra ocupa, assim, espaço significativo na interação social.

A *palavra*, segundo Baccega (2001, p. 46),

“ ‘canta’ sempre num salão de baile, onde ‘dança conforme a música’, utiliza-se de máscaras ou despe-se, permitindo que se veja toda sua beleza. Ou seja: a palavra nunca está só – ela sempre aparece acompanhada. Ela está sempre num discurso, ou seja, é no discurso (...) que a palavra assume seu significado”.

Metodologia

Tomado o discurso na acepção de Pêcheux (1969), isto é, como efeito de sentidos entre interlocutores, parte do funcionamento social geral, determinado por sua exterioridade, buscaremos, pela materialidade lingüística do relato de nossos entrevistados (considerados informantes), retratar três instituições do terceiro setor.

O corpus de nossa pesquisa será composto de 5 blocos de entrevistas: 1 – Profissionais da Direção; 2 – Profissionais da área de comunicação; 3 – Voluntários; 4 – Membros das famílias; 5 – Beneficiados.

Cumprir dizer que a seleção dos entrevistados deu-se não só pelo envolvimento com a instituição, como também pela posição hierárquica, por considerarmos que a realidade com a qual o informante está em relação fará parte de seu discurso. Remetemo-nos, novamente, a Orlandi (2002, p. 39): “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

As entrevistas (principal fonte de informação utilizada no contexto específico de nossa pesquisa), já com datas marcadas, serão gravadas, transcritas e tratadas pela técnica da análise do discurso, isto é, concebidas em sua discursividade com sujeitos afetados pela história (Orlandi, 2002).

O número de pessoas entrevistadas (oriundas de diferentes setores das instituições em pauta) não é representativo do ponto de vista estatístico; no entanto, trata-se de uma amostra válida, em função da abordagem não-probabilística e da forma da coleta de dados de cunho qualitativo, com característica exploratória, já que haverá aprofundamento de cada questão, quando necessário.

A seleção das amostras pertence ao tipo *autogerada*, uma vez que cada um dos informantes foi indicado pela própria instituição, por ser considerada pessoa adequada para responder às questões.

Este trabalho se alicerça, também, no material impresso da instituição; no levantamento e análise de matérias extraídas de veículos de comunicação de massa impressas (jornais, revistas); em consultas à internet.

Este é o roteiro das entrevistas:

Direção
1 – Qual a sua função dentro do Centro? Há quanto tempo?
2 – Qual a imagem que você tem do Centro?
3 – Qual o principal diferencial do Centro em relação a outras ONGs do gênero?
4 – O que você gostaria de melhorar no Centro?
5 – O que o Centro poderia fazer para melhorar sua participação junto à comunidade?
6 – Como o terceiro setor torna viável o exercício dos direitos humanos, vistos pela ótica da diminuição das diferenças sociais?
7 – Qual é a fonte de sustentação da Instituição?
8 – Como se dá a inclusão social na sua Instituição?
9 – Quais os valores (missão/visão/valores/objetivos) que movem as atividades do Centro?
10 – Qual o resultado das ações realizadas? Como são avaliados esses resultados? Como são divulgados? Para quem?
11 – Qual a projeção do Centro na comunidade?

Comunicação
1 – Qual a sua função dentro do Centro? Há quanto tempo?
2 – Qual a imagem que você tem do Centro? E qual a imagem que você acredita que a Comunidade tem do Centro?
3 – Qual o principal diferencial do Centro em relação a outras ONGs do gênero?
4 – O que você gostaria de melhorar no Centro?
5 – Qual o resultado das ações realizadas? Como são avaliados esses resultados? Como são divulgados? Para quem?
6 – Como se dá a inclusão social na sua Instituição?
7 – Como acontece a comunicação no Centro?
8 – Quais as dificuldades que o Centro enfrenta para atingir seus objetivos junto à comunidade?
9 – Quais os pontos que precisam ser melhorados?
10. Qual a projeção do Centro na Comunidade?

Voluntário
1 – Qual a sua função dentro do Centro? Há quanto tempo?
2 – Qual a imagem que você tem do Centro?
3 – Em que sentido você se identifica com a Instituição?
4 – Qual o principal diferencial do Centro em relação a outras ONGs do gênero?
5 – O que o Centro pode fazer para melhorar sua participação junto à comunidade?
6 – Por que trabalhar no Centro?
7 – Qual é o tempo de permanência do voluntário?
8 – Qual é o perfil do voluntário?
9 – Você conhece os veículos de comunicação do Centro? Quais são?
10 – Como se dá a inclusão social no Centro?

Família/beneficiado
1 – Qual o papel/importância do Centro para você, para a comunidade?
2 – Qual a imagem que você tem do Centro?
3 – O que o Centro pode fazer para melhorar sua participação junto à comunidade?
4 – Qual o principal diferencial do Centro em relação a outras ONGs do gênero?
5 – Como o Centro se comunica com você e com sua família?
6 – O que você gostaria de melhorar no Centro?
7 – Que benefício o Centro traz para você/para seu filho?
8 – Na sua opinião, qual a contribuição mais importante que o Centro oferece?
9 – Como se dá a inclusão social no Centro?
10 – Como você conheceu o Centro?

Considerações finais

Na introdução deste trabalho, pontuamos nossa intenção de trabalhar com o discurso, focalizado num contexto determinado (instituições do terceiro setor), pressupondo, à luz da Análise do Discurso, uma relação dinâmica entre *linguagem* (relato de nossos informantes) e *sociedade*, razão por que contemplamos dois espaços: o discursivo e o organizacional.

As considerações registradas representam um ponto de partida para se refletir acerca de uma análise do discurso no terceiro setor. Acreditamos que, ao analisarmos as condições de produção e a materialidade lingüística desse discurso, podemos contribuir,

ainda que modestamente, não apenas com enfoques sobre o terceiro setor, não mostrados no cotidiano, como também para o entendimento de novas estruturas sócio-político-institucionais.

A AD constitui, pois, o corpus deste trabalho, já que por meio dela esperamos ser possível redescobrir e recompor o tecido social das instituições em estudo.

Bibliografia

- BACCEGA, M. A. *Palavra e discurso: Literatura e história*. São Paulo: Ática, 2000.
- COLEMAN, J. S. *Foundation of social theory*. Cambridge: Harward University Press, 1990.
- DIMENSTEIN, G. Honestidade virou sinônimo de tolice? *Folha de São Paulo*, 24/set./2006, C10.
- FERNANDES, R. C. “O que é o terceiro setor?”. In: Ioschpe, E. (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FRANCO, A. de. “O principal desafio do terceiro setor no Brasil”. *Ideiasocial*. Revista da Fundação Odebrecht S/A. junho/julho/agosto 2005.
- GIMENEZ, K. “Responsabilidade social”. *Ideiasocial*. Revista da Fundação Odebrecht S/A. junho/julho/agosto 2005.
- NEGRI, A. & HARDZ, M. Liberdade, equidade e fraternidade. *Folha de São Paulo*, 27/set./2006, A3.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
- SALAMON, L. “Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor”. In: Ioschpe, E. (org.), *3º setor. Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- VOLTOLINI, R. “Idéia social”. *Revista da Fundação Odebrecht S/A*. junho/julho/agosto 2005.
- _____. *Editoriais. Idéia social*, São Paulo, Ano 1, Edição 1, p. 7, junho-agosto de 2005.